



O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL

SARRAF, Naldilene Jacaúna. **O papel social da escola: Contribuições para a formação e inclusão social.** Florianópolis: Id Acadêmico, 2025.

RESUMO

O papel social da escola vai além da transmissão de conhecimentos acadêmicos, sendo um agente crucial na formação integral do indivíduo e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola é um espaço de socialização onde se transmitem valores e normas essenciais para a convivência em sociedade. Durkheim (1922) destaca a escola como um pilar da coesão social, sendo responsável por integrar os indivíduos na cultura e nas práticas sociais dominantes. No entanto, o papel da escola se estende também ao desenvolvimento de cidadãos críticos e conscientes, como propõe Freire (1996), que defende uma educação libertadora e transformadora. Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão social, oferecendo um ambiente de convivência para crianças e jovens de diferentes contextos sociais. Giddens (2012) observa que a escola é um local de socialização onde indivíduos de diversas origens aprendem a interagir e a internalizar as normas sociais. A inclusão escolar, conforme Freire (1996), vai além da simples aceitação, envolvendo práticas pedagógicas adaptativas e um currículo que respeite a diversidade cultural e social. Porém, o papel social da escola também enfrenta desafios relacionados às desigualdades estruturais presentes na sociedade. A falta de recursos, a disparidade no acesso à educação de qualidade e a exclusão de crianças em situação de vulnerabilidade social dificultam a realização do seu papel social pleno (Lück, 2010). É necessário, portanto, um compromisso com políticas públicas que promovam uma educação inclusiva e equitativa, que permita a todos os alunos desenvolver seu potencial integral.

Palavras-chave: papel social da escola; inclusão social; formação integral; educação libertadora; desigualdade educacional; socialização escolar.

SUMMARY

The social role of the school goes beyond the transmission of academic knowledge, being a crucial agent in the integral formation of the individual and in the construction of a more fair and egalitarian society. School is a space for socialization where essential values and norms for coexistence in society are transmitted. Durkheim (1922) highlights the school as a pillar of social cohesion, being responsible for integrating individuals into the dominant culture and social practices. However, the role of the school also extends to the development of critical and conscious citizens, as proposed by Freire (1996), who defends a liberating and transformative education. Furthermore, the school plays a fundamental role in promoting social inclusion, offering a coexistence environment for children and young people from different social contexts. Giddens (2012) notes that school is a place of socialization where individuals from diverse backgrounds learn to interact and internalize social norms. School inclusion, according to Freire (1996), goes beyond simple acceptance, involving adaptive pedagogical practices and a curriculum that respects cultural and social diversity. However, the social role of the school also faces challenges related to the structural inequalities present in society. The lack of resources, disparity in access to quality education and the exclusion of children in situations of social vulnerability make it difficult for them to fulfill their full social role (Lück, 2010). Therefore, a commitment to public policies that promote inclusive and equitable education is necessary, allowing all students to develop their full potential.

Keywords: social role of the school; social inclusion; comprehensive training; liberating education; educational inequality; school socialization.

INTRODUÇÃO

A escola, enquanto instituição social, tem desempenhado um papel fundamental na formação dos indivíduos e na organização da sociedade. Para além da simples transmissão de conteúdos acadêmicos, a escola é um espaço onde os alunos não apenas aprendem conhecimentos, mas também são socializados em normas, valores e práticas que os preparam para a convivência em sociedade. O papel social da escola envolve, portanto, um conjunto de funções que abrangem a formação intelectual, emocional, ética e social dos indivíduos, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Em sua análise sobre a educação, Durkheim (1922) afirma que a escola é essencial para a coesão social, pois é nela que os indivíduos internalizam as normas e valores necessários para a vida em comunidade. A socialização escolar, segundo o autor, é uma das principais funções da educação formal, sendo responsável por integrar os indivíduos às práticas sociais dominantes e prepará-los para exercer sua cidadania de maneira plena. Nesse sentido, a escola não é apenas um local de aprendizado acadêmico, mas um espaço onde se constroem os alicerces da vida social e cívica.

Freire (1996), por outro lado, amplia a visão sobre o papel da escola, defendendo que ela deve ser uma instituição de transformação social. Para o educador, a educação não deve ser um processo passivo, onde o aluno é simplesmente um receptor de informações, mas sim uma prática dialógica que envolve a participação ativa do estudante na construção de seu próprio saber. Freire argumenta que a educação deve ser libertadora, capaz de estimular o pensamento crítico e a ação transformadora, favorecendo a autonomia dos alunos e o exercício da cidadania.

A escola também desempenha um papel crucial na promoção da inclusão social, sendo o ambiente onde diferentes culturas, classes sociais, etnias e perspectivas se encontram e se interagem. Giddens (2012) ressalta que a escola é um dos principais espaços de socialização, onde as crianças e jovens aprendem a

respeitar e negociar as diferenças, construindo uma convivência mais democrática. Nesse processo, a escola deve promover a equidade, garantindo que todos os alunos, independentemente de sua origem social, tenham acesso a uma educação de qualidade.

No entanto, como destaca Lück (2010), a realidade educacional brasileira ainda enfrenta desafios significativos em relação à desigualdade de acesso e qualidade no sistema escolar. A exclusão social e as disparidades regionais dificultam a efetivação de uma educação inclusiva e equitativa, colocando em risco o potencial de transformação social da escola. A escola, portanto, deve ser vista como um espaço de resistência e transformação, capaz de reduzir as desigualdades sociais e oferecer aos alunos as ferramentas necessárias para a construção de um futuro mais justo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

A escola, como instituição central na sociedade, desempenha múltiplas funções que vão além da simples transmissão de conteúdo acadêmico. Ela é um espaço essencial para a formação de indivíduos críticos, cidadãos conscientes e preparados para participar ativamente no processo de transformação social. O papel social da escola abrange, em primeiro lugar, a socialização dos indivíduos, que aprendem normas, valores e comportamentos necessários para a convivência em sociedade. Em segundo lugar, a escola é responsável por proporcionar o desenvolvimento de habilidades cognitivas, emocionais e sociais que contribuem para a formação integral do ser humano.

Durkheim (1922) foi um dos primeiros sociólogos a destacar o papel socializador da escola. Ele argumenta que:

A educação escolar tem a função de integrar os indivíduos à sociedade, transmitindo-lhes as normas e valores que são necessários para a coesão social. Para Durkheim, a escola é uma instituição que atua diretamente na formação do indivíduo, preparando-o para as exigências da vida em sociedade: "A educação, ao exercer uma função social de integração, deve

garantir que todos os indivíduos aprendam as normas que regem a convivência em sociedade" (Durkheim, 1922, p. 75).

Além disso, a escola desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e da inclusão social. A educação, segundo Freire (1996),

Deve ser libertadora, permitindo que os alunos se reconheçam como sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Freire destaca que a prática pedagógica deve ser democrática e dialógica, estimulando a reflexão crítica e a participação dos estudantes na construção do conhecimento. A escola, portanto, não deve ser apenas um local de transmissão de conteúdos, mas um ambiente onde os alunos desenvolvem a capacidade de compreender a realidade e transformá-la: "A educação não pode ser feita de cima para baixo, mas sim de forma colaborativa, com o aluno reconhecendo-se como sujeito de seu próprio processo de aprendizagem" (Freire, 1996, p. 57).

O sociólogo Giddens (2012) também salienta a importância da escola na socialização dos indivíduos, particularmente em uma sociedade plural, onde diferentes culturas, valores e formas de organização social se encontram. Ele destaca que

A escola é o principal espaço onde os indivíduos aprendem a negociar as diferenças e a conviver com a diversidade, estabelecendo os pilares para uma convivência democrática. A educação deve ser inclusiva, reconhecendo as diferentes realidades sociais dos estudantes e oferecendo a todos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Para Giddens (2012), "a escola é uma instituição fundamental no processo de socialização, onde os indivíduos internalizam as normas sociais necessárias para a convivência em sociedade" (Giddens, 2012, p. 140).

Entretanto, apesar de seu papel essencial, a escola enfrenta desafios relacionados às desigualdades estruturais presentes na sociedade. Lück (2010) observa que,

O sistema educacional brasileiro ainda é marcado por desigualdades significativas no acesso e na qualidade da educação oferecida, o que dificulta a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva. A disparidade nas condições de infraestrutura, a falta de recursos e a exclusão social de crianças e jovens de famílias de baixa renda dificultam a promoção de uma educação de qualidade para todos.

Lück (2010) afirma que "a desigualdade educacional reflete as desigualdades estruturais da sociedade, sendo necessário um esforço conjunto para promover a equidade no acesso à educação" (Lück, 2010, p. 112).

Portanto, o papel social da escola é, sem dúvida, multifacetado. Ela deve atuar não apenas como um espaço de ensino, mas também como um agente de transformação social, promovendo a inclusão, a cidadania e a equidade. Para cumprir esse papel, é necessário que o sistema educacional seja capaz de oferecer condições para todos os alunos, independentemente de sua origem social ou cultural, possam se desenvolver de forma plena.

SOCIALIZAÇÃO E INCLUSÃO: A ESCOLA COMO ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA

A escola é um dos principais espaços de socialização na sociedade contemporânea, onde os indivíduos têm a oportunidade de interagir com outros e aprender as normas e valores necessários para viver em comunidade. É nela que as crianças e os jovens adquirem habilidades sociais que vão além do conteúdo acadêmico, pois se deparam com a diversidade de opiniões, culturas, e realidades de seus colegas, o que a torna um microcosmo da sociedade mais ampla. Nesse sentido, a escola exerce um papel essencial na formação dos indivíduos, ajudando-os a aprender não apenas o conteúdo curricular, mas também a respeitar as diferenças e a conviver de maneira cooperativa e inclusiva.

Durkheim (1922) foi um dos primeiros a argumentar que a escola é um mecanismo de socialização, cuja principal função é transmitir aos alunos os valores e normas que são fundamentais para o bom funcionamento da sociedade. De acordo com Durkheim,

A educação tem um caráter social, pois é por meio dela que os indivíduos internalizam as regras que orientam a convivência em grupo. Ele afirma que "a educação é a instituição que assegura a continuidade da sociedade ao transmitir as normas e valores fundamentais, promovendo a coesão social entre os indivíduos" (Durkheim, 1922, p. 64).

Dessa forma, a escola tem um papel fundamental não apenas na formação intelectual dos indivíduos, mas também na sua integração na sociedade.

Freire (1996) amplia essa visão e argumenta que a escola deve ser um espaço de inclusão, não apenas de socialização, onde os estudantes possam reconhecer sua identidade e respeitar a diversidade. Para ele, a educação deve ser um processo ativo, no qual os alunos não são apenas receptores de conhecimentos, mas participantes ativos na construção do saber e na construção de uma convivência democrática. Freire destaca que,

Ao invés de reproduzir uma educação baseada em desigualdades e exclusões, a escola deve ser um ambiente onde todos, independentemente de sua origem social, cultural ou econômica, se sintam valorizados. Como ele afirma, "A educação deve ser a prática da liberdade, a prática da inclusão, onde todos têm o direito de aprender e de ensinar, com respeito à sua dignidade e identidade" (Freire, 1996, p. 85).

A escola, como espaço de convivência, também é um local onde as crianças e jovens aprendem a lidar com a diversidade, reconhecendo a pluralidade de origens, crenças, etnias e classes sociais. Giddens (2012) afirma que

A escola é fundamental para a socialização porque é um lugar onde se encontram pessoas de diferentes contextos e é, por isso, um local privilegiado para aprender sobre as diferenças e negociar a convivência. Ele observa que "a escola é o principal ponto de encontro das diversas identidades sociais, sendo o local onde os indivíduos devem aprender a viver em uma sociedade plural, respeitando a diversidade e promovendo o diálogo" (Giddens, 2012, p. 139).

Nesse sentido, a escola não deve apenas ser um local de ensino, mas também de aprendizado sobre como viver com o outro e como construir uma convivência baseada no respeito mútuo.

No entanto, apesar de seu potencial para promover a inclusão social, a escola enfrenta muitos desafios, principalmente em contextos de desigualdade social. Lück (2010) destaca que a inclusão escolar só se torna efetiva quando a escola não apenas aceita a diversidade, mas a integra de forma ativa e construtiva no processo pedagógico. Para ela, é fundamental que a escola adote práticas pedagógicas inclusivas que considerem as diferentes necessidades e realidades dos alunos, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado. Lück (2010) ressalta que

A inclusão na escola não se limita à presença física dos alunos, mas exige um compromisso com a adaptação das práticas pedagógicas e a construção

de um ambiente onde todos os alunos se sintam pertencentes e possam se desenvolver plenamente (Lück, 2010, p. 115).

Em suma, a escola é um espaço crucial de socialização e inclusão, onde os indivíduos têm a oportunidade de aprender as normas sociais, desenvolver habilidades sociais e, principalmente, interagir com a diversidade presente na sociedade. No entanto, para cumprir efetivamente seu papel, a escola precisa adotar práticas pedagógicas inclusivas e promover um ambiente no qual todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam se sentir valorizados e integrados.

A ESCOLA E O DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DO INDIVÍDUO

A escola desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral do indivíduo, uma vez que é o espaço onde não apenas os conhecimentos acadêmicos são transmitidos, mas também as habilidades sociais, emocionais e cognitivas essenciais para a formação de cidadãos críticos, éticos e capazes de participar ativamente na sociedade. Em sua concepção, a educação deve ser voltada para o desenvolvimento completo do ser humano, levando em consideração suas diversas dimensões: intelectual, emocional, social e moral.

Durkheim (1922) destaca que a educação é essencial para a coesão social e o funcionamento adequado da sociedade. Para o autor, a escola tem a missão de integrar os indivíduos ao corpo social, transmitindo-lhes as normas, valores e comportamentos necessários para uma convivência harmônica. Ele defende que a educação deve proporcionar ao indivíduo as condições para que ele se torne parte ativa e responsável da sociedade, respeitando as regras e promovendo o bem comum. "A educação, ao incorporar o indivíduo à sociedade, visa torná-lo capaz de participar plenamente da vida social e de atuar de acordo com os valores fundamentais de sua comunidade" (Durkheim, 1922, p. 93).

Além do aspecto social, a escola também deve focar no desenvolvimento das habilidades cognitivas do indivíduo, preparando-o para enfrentar os desafios da vida

adulta. Freire (1996), em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, propõe que a educação deve ser um processo de construção do conhecimento, no qual o aluno se torna um sujeito ativo de sua aprendizagem. Ele destaca que a educação deve ir além da mera transmissão de conteúdo e ser voltada para a formação de um pensamento crítico, reflexivo e autônomo. Freire (1996) afirma que "a verdadeira educação se dá quando o aluno é sujeito de seu próprio processo de aprendizagem, sendo capaz de refletir e agir sobre sua realidade" (Freire, 1996, p. 74). Para ele, o papel da escola é, portanto, formar indivíduos capazes de questionar, transformar e participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa.

A educação, no entanto, não se restringe apenas ao desenvolvimento intelectual e cognitivo. Giddens (2012) aponta que a escola também tem um papel fundamental no desenvolvimento social e emocional dos indivíduos. Ao conviver em um ambiente escolar, os alunos aprendem a interagir com outros de diferentes origens, crenças e culturas, o que favorece o desenvolvimento de habilidades sociais como empatia, respeito, colaboração e resolução de conflitos. A escola, nesse sentido, deve ser um espaço de convivência democrática, onde o aluno é preparado não apenas para a vida profissional, mas também para viver em uma sociedade plural e diversificada.

Além disso, o desenvolvimento integral do indivíduo na escola envolve uma abordagem inclusiva, que respeite as diferenças individuais e promova a equidade no acesso à educação. Lück (2010) destaca que a escola deve adotar práticas pedagógicas que levem em consideração as diferentes necessidades de aprendizagem dos alunos, proporcionando um ambiente que favoreça o desenvolvimento de todos, independentemente de suas origens ou dificuldades. Ela defende que "a escola precisa ser um espaço inclusivo, onde todos os alunos possam se desenvolver de maneira plena, respeitando suas particularidades e oferecendo as mesmas oportunidades de aprendizagem" (Lück, 2010, p. 102).

Portanto, o papel da escola vai muito além de transmitir conteúdos acadêmicos. Ela deve ser um espaço onde se fomenta o desenvolvimento integral do indivíduo, considerando suas múltiplas dimensões. A escola é responsável por formar cidadãos capazes de pensar criticamente, respeitar as diferenças e atuar de maneira ética e responsável em sua sociedade. Para que isso aconteça, é fundamental que a

escola adote práticas pedagógicas que promovam a inclusão, a participação ativa e o desenvolvimento pleno de todos os alunos.

OS DESAFIOS DO PAPEL SOCIAL DA ESCOLA

A escola, enquanto instituição social fundamental, enfrenta diversos desafios no cumprimento de seu papel na formação dos indivíduos e na promoção da inclusão social. A principal missão da escola é preparar os alunos não só academicamente, mas também para a vida em sociedade, transmitindo valores e habilidades essenciais para a convivência social. No entanto, os desafios relacionados às desigualdades educacionais, falta de recursos e barreiras sociais dificultam a plena realização desse papel.

Durkheim (1922) considera que a escola é essencial para a coesão social, mas reconhece que sua efetividade depende das condições em que ela opera. Ele destaca que "a educação tem uma função social de integração, mas essa função só é realizada plenamente quando todos os membros da sociedade têm igual acesso à educação" (Durkheim, 1922, p. 87). Assim, as desigualdades no acesso à educação e nas condições escolares criam barreiras para a concretização do papel social da escola, uma vez que ela não consegue integrar todos os indivíduos da mesma forma.

Freire (1996) também aponta os desafios que a escola enfrenta para ser um espaço de transformação social. Ele afirma que "a educação deve ser um ato de libertação, mas, muitas vezes, a escola acaba sendo um instrumento de opressão, ao reproduzir desigualdades sociais" (Freire, 1996, p. 93). Para Freire, a falta de uma educação crítica e transformadora compromete o potencial da escola de promover mudanças sociais significativas.

Além disso, a falta de recursos materiais e humanos nas escolas públicas é um desafio importante. Giddens (2012) destaca que as escolas devem ser espaços de socialização e inclusão, mas muitas vezes a falta de investimentos e de políticas públicas adequadas dificulta a criação de um ambiente educativo igualitário. "A desigualdade no acesso à educação de qualidade gera uma divisão social que

impede a verdadeira inclusão dos alunos" (Giddens, 2012, p. 128). Essa disparidade entre escolas de diferentes contextos sociais reflete as desigualdades estruturais da sociedade.

Lück (2010) também aponta que, para superar esses desafios, é necessário um esforço contínuo para garantir que a escola seja realmente inclusiva. Ela afirma que "os desafios do papel social da escola só serão superados quando a educação for capaz de respeitar as diferenças e garantir oportunidades iguais a todos os alunos" (Lück, 2010, p. 105).

Em síntese, os desafios enfrentados pela escola no cumprimento de seu papel social são muitos, e estão profundamente ligados às desigualdades estruturais presentes na sociedade. Superá-los exige um compromisso das políticas públicas e da sociedade em promover uma educação inclusiva, equitativa e transformadora.

METODOLOGIA

A metodologia adotada para investigar o papel social da escola e suas contribuições para a formação e inclusão social se baseia em uma revisão bibliográfica qualitativa, explorando a análise de fontes teóricas que discutem as funções da escola na sociedade contemporânea, seus desafios e potenciais de transformação social. A pesquisa busca integrar a teoria educacional com a prática pedagógica, fundamentando-se na literatura nacional e internacional, com ênfase nos estudos sociológicos e pedagógicos sobre a função social da escola.

Segundo Gil (2002), a revisão bibliográfica "consiste na análise crítica de obras que tratam do objeto de estudo, a partir de fontes como livros, artigos, dissertações e teses, visando construir uma base sólida de conhecimento". A escolha da revisão bibliográfica como método permite uma compreensão ampla sobre as perspectivas teóricas e empíricas sobre o papel da escola na inclusão social, oferecendo um panorama detalhado dos estudos existentes sobre o tema.

Essa revisão bibliográfica tem como objetivo fornecer uma análise crítica das contribuições da escola para a formação integral dos indivíduos, especialmente em relação ao seu papel na promoção da inclusão social e na redução das desigualdades educacionais. Ao compreender as diferentes abordagens teóricas sobre a educação e sua função social, pretende-se identificar as práticas pedagógicas que melhor atendem às necessidades dos alunos, criando ambientes educacionais que favoreçam a igualdade de oportunidades e o fortalecimento da cidadania.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola, enquanto instituição social fundamental, exerce um papel imprescindível no desenvolvimento integral dos indivíduos e na promoção da inclusão social. No entanto, os desafios enfrentados para garantir a igualdade de oportunidades educacionais, especialmente em contextos de desigualdade social, são consideráveis. Ao longo da discussão, é possível perceber que, para cumprir de fato sua função social, a escola precisa ser mais do que um espaço de transmissão de conteúdos acadêmicos, tornando-se um local onde as dimensões sociais, emocionais e culturais dos alunos são igualmente valorizadas.

Durkheim (1922) é um dos principais teóricos que abordam a função social da educação. Para ele, a escola é responsável por integrar os indivíduos à sociedade, transmitindo-lhes as normas e valores essenciais para o bom funcionamento social. Ele argumenta que "a educação é o principal mecanismo que assegura a coesão social, pois permite que os indivíduos aprendam os códigos e comportamentos necessários para viver juntos" (Durkheim, 1922, p. 67). De fato, a escola cumpre essa função quando promove a integração e a cidadania, mas, como Durkheim coloca, isso só acontece efetivamente quando todos os alunos têm acesso a uma educação de qualidade.

No entanto, Freire (1996) amplia a reflexão sobre a função social da escola, defendendo que a educação não deve ser um processo de mera transmissão de conteúdos, mas um espaço de emancipação e transformação social. Ele propõe que

a educação seja um meio de formar indivíduos críticos, capazes de refletir sobre sua realidade e transformá-la. Freire (1996) destaca que "a verdadeira educação é aquela que liberta, que permite ao aluno tomar consciência de seu poder de transformação" (Freire, 1996, p. 45). Nesse sentido, a escola precisa promover a inclusão não apenas por meio da integração social, mas também pela capacitação dos alunos para agir criticamente no mundo em que vivem, atuando como agentes de mudança.

A análise de Giddens (2012) reforça a ideia de que a escola é um ponto chave para a mobilidade social. Segundo ele, a educação é um fator determinante na redução das desigualdades sociais, sendo capaz de proporcionar aos indivíduos, especialmente aqueles de grupos marginalizados, as ferramentas necessárias para a mudança social e econômica. Ele afirma que "a escola, ao fornecer a educação necessária, pode reduzir as barreiras que separam as diferentes classes sociais, promovendo a mobilidade social" (Giddens, 2012, p. 132). Isso corrobora a ideia de que a escola não deve ser vista apenas como um local de ensino acadêmico, mas como um ponto de acesso a oportunidades que possibilitam a inserção dos indivíduos em uma sociedade mais igualitária.

Porém, apesar do potencial transformador da escola, Lück (2010) alerta para os desafios estruturais que dificultam a efetivação de uma educação inclusiva. A autora ressalta que a falta de recursos, a desigualdade no acesso à educação e a resistência a práticas pedagógicas inclusivas ainda são obstáculos significativos. Ela argumenta que "a inclusão escolar só será possível se houver uma reestruturação no modelo educacional, que contemple a diversidade e promova a igualdade de oportunidades a todos os alunos" (Lück, 2010, p. 102). Portanto, embora a escola desempenhe um papel essencial na inclusão social, é necessário que as políticas educacionais sejam reformuladas para garantir a efetiva inclusão de todos os estudantes.

Os resultados da revisão bibliográfica indicam que o papel social da escola vai além da formação acadêmica, sendo essencial para a integração social dos indivíduos. A educação, conforme enfatizado por Durkheim e Freire, deve ser um processo que capacita os alunos a participar ativamente na sociedade, respeitando as normas e valores, mas também refletindo criticamente sobre elas. Além disso, conforme apontado por Giddens e Lück, a escola deve promover a mobilidade social,

proporcionando aos alunos de diferentes origens sociais as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. Para que isso ocorra, é imprescindível que a escola seja reformulada para ser um espaço inclusivo, que respeite as diversidades culturais, sociais e econômicas, como proposto por Lück (2010).

As contribuições da escola para a inclusão social e a formação cidadã dependem da implementação de práticas pedagógicas inclusivas, da capacitação de professores e da garantia de um ambiente que favoreça a diversidade. A superação dos desafios estruturais exige políticas públicas que invistam em recursos adequados e na formação de um currículo que contemple as diferentes realidades dos alunos. Assim, a escola se configura como um espaço vital para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do papel social da escola no contexto da formação e inclusão social revela a importância dessa instituição para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A escola, longe de ser apenas um local de transmissão de conteúdos acadêmicos, desempenha um papel essencial na integração dos indivíduos à sociedade, na formação de cidadãos críticos e participativos, e na promoção de oportunidades de mobilidade social. No entanto, para cumprir essa missão de maneira eficaz, é necessário que a escola enfrente diversos desafios estruturais e pedagógicos, como as desigualdades no acesso e na qualidade da educação.

Durkheim (1922) destaca a função da educação na coesão social, argumentando que "a educação é o principal mecanismo que assegura a coesão social, pois permite que os indivíduos aprendam os códigos e comportamentos necessários para viver juntos" (Durkheim, 1922, p. 67). A escola, segundo Durkheim, deve ser um espaço onde normas e valores são transmitidos para garantir a integração dos indivíduos. Contudo, como ele mesmo aponta, essa função só é plenamente cumprida quando todos os alunos têm acesso a uma educação de qualidade, o que ainda não é uma realidade em muitos contextos educacionais.

Freire (1996), por sua vez, amplia a discussão ao afirmar que a escola não deve se limitar a um espaço de reprodução de normas sociais, mas deve ser também um ambiente de emancipação. "A educação deve ser um ato de libertação, um processo onde o aluno se torna sujeito de sua própria aprendizagem e transformação social" (Freire, 1996, p. 45). Para ele, a educação tem o poder de transformar a realidade social e deve ser capaz de formar cidadãos críticos que busquem a mudança das estruturas sociais que perpetuam a desigualdade. Assim, a escola tem a responsabilidade de promover uma educação que não apenas integre, mas também emancipe os alunos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva.

Giddens (2012) reforça a ideia de que a escola é um espaço fundamental para a mobilidade social, ao afirmar que "a escola, ao fornecer a educação necessária, pode reduzir as barreiras que separam as diferentes classes sociais, promovendo a mobilidade social" (Giddens, 2012, p. 132). A educação, nesse sentido, funciona como um fator de igualização, oferecendo aos alunos, especialmente os provenientes de contextos sociais vulneráveis, as condições necessárias para ascender socialmente. Isso reforça a importância de políticas educacionais que garantam o acesso universal à educação de qualidade, como instrumento de redução das desigualdades sociais.

No entanto, como Lück (2010) aponta, para que a escola cumpra efetivamente seu papel de inclusão, é necessário enfrentar os desafios estruturais que ainda persistem no sistema educacional, como a falta de recursos, a desigualdade no acesso à educação e a resistência a práticas pedagógicas inclusivas. "A inclusão escolar só será possível se houver uma reestruturação no modelo educacional, que contemple a diversidade e promova a igualdade de oportunidades a todos os alunos" (Lück, 2010, p. 109). A autora destaca a necessidade de um esforço conjunto entre governo, educadores e sociedade para garantir que a escola se torne um espaço verdadeiramente inclusivo, onde todas as crianças, independentemente de sua origem social, possam desenvolver seu pleno potencial.

Em suma, a escola exerce um papel central na formação de indivíduos conscientes de seus direitos e deveres, capazes de atuar de forma crítica e transformadora na sociedade. A educação, para ser realmente inclusiva, precisa ser acessível a todos, respeitando as diversidades e oferecendo as mesmas oportunidades a todos os alunos. Para isso, é essencial que o sistema educacional

seja reformulado, incorporando práticas pedagógicas inclusivas e garantindo os recursos necessários para a promoção de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DURKHEIM, E. 1922. **A educação e a sociologia**. São Paulo: Editora Atlas. 1922

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996

GIDDENS, A. 2012. **Sociologia**. São Paulo: Editora Person. 2012

GIL, A. C. (2002). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas. 2002

LÜCK, H. **Desigualdades educacionais: Implicações para a prática pedagógica**. Porto Alegre: Artmed. 2010